

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO - CTASP**

**REQUERIMENTO Nº DE 2017.
(do Sr. CABO SABINO)**

**Requer a realização de Encontro
Regional, para tratar dos impactos da
proposta governamental de privatização
da Eletrobrás e da subsidiária CHESF.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do regimento Interno, e com base na justificativa abaixo, que após ouvido o plenário desta Comissão, seja realizado na cidade de Fortaleza no Estado do Ceará, um Encontro Regional, a fim de ouvir representantes de entidades de classe e representantes do Poder Público acerca dos impactos da proposta governamental de privatização da Eletrobrás e da subsidiária CHESF.

JUSTIFICATIVA

A expansão das energias renováveis pelo mundo representa uma nova era no setor energético, mas também apresenta novos desafios para a indústria tecnológica. A integração das energias renováveis não convencionais nos parques geradores – as fontes intermitentes, como

solar e eólica -, seu armazenamento e distribuição em smart grids são alguns dos exemplos que podem impactar significativamente a produção, distribuição e o consumo da energia no país. O Brasil possui uma característica particular 2 diante do resto do mundo que é de uma matriz composta em 85% por fontes renováveis, com participação majoritária do setor hidrelétrico.

Diante de tal realidade, o governo federal anunciou a possibilidade de venda da Eletrobrás e de suas geradoras sem marco legal definido para transferência de tecnologia nesse que é um dos setores que mais gera inovação tecnológica na economia brasileira. O governo alega a necessidade de alterações que afetam o modelo regulatório e comercial do setor elétrico. Com a mudança proposta, as usinas terão como base os princípios mercadológicos de oferta e demanda e tais medidas impactarão no grau de gestão do poder público nesse setor estratégico, alterações nas tarifas de energia, competitividade da indústria nacional, entre outros fatores.

Vale destacar, a propósito, que o setor elétrico tem importância estratégica, cuja estabilidade e bom funcionamento é fundamental para que o Brasil tenha competitividade, retome o rumo do desenvolvimento, enfrente adequadamente a crise econômica e se coloque em posição de vanguarda no combate às causas do aquecimento global.

Ademais, o setor elétrico tem importância estratégica por cumprir a função de suprir um bem público essencial para a produção de bens e serviços, bem como para garantir o bem-estar e qualidade de vida da população.

De fato, considerando os reflexos da privatização das empresas hidroelétricas sobre a própria soberania nacional, a matéria merece um amplo debate.

Por fim, entendemos ser a pauta ora apresentada não só de extrema relevância e coerência com os trabalhos dessa Comissão, mas acima de tudo perfeitamente alinhada com os reiterados anseios da sociedade brasileira e Cearense; razão pela qual cremos no acolhimento do pleito ora formulado por todos os nossos pares.

Sala das Sessões, em de de 2017.

CABO SABINO

Deputado Federal